



CONFIANDO NOS AGENTES: DA TEORIA DAS ELITES À ESCOLHA RACIONAL

Ricardo da Silva Ramos¹

Resumo

O presente trabalho visa retomar a virada da Ciência Política americana dos anos 1960, em que se sai de uma concepção mais ligada à teoria das elites, para outra relacionada ao institucionalismo, em que a racionalidade dos agentes passa a ser fator fundamental de análise dos conflitos políticos. O ponto de referência tratado pelo artigo será o percurso histórico que possibilitou tais alterações, adentrando certas nuances formuladoras do campo. Fundamentalmente, o argumento gira em torno de considerar que a confiança na racionalidade dos agentes transformou a análise da Ciência Política, e que o ponto de ruptura foi à discordância com as considerações de uma suposta superioridade das elites políticas.

Palavras-chave

Elites;
Escolha racional;
Agentes;
Economia política.

NEW POLITICAL PARTIES: WHAT THEORETICAL CONTRIBUTIONS?

Abstract

This paper aims to revisit the shift in American political science in the 1960s, when it moved from a conception more closely linked to elite theory to one more closely related to institutionalism, in which the rationality of agents became a fundamental factor in the analysis of political conflicts. The reference point addressed by the article will be the historical path that made such changes possible, delving into certain nuances that formulated the field. Fundamentally, the argument revolves around considering that confidence in the rationality of agents transformed the analysis of political science, and that the breaking point was the disagreement with considerations of a supposed superiority of political elites.

Keywords

Elites;
Rational choice;
Agents;
Political economy.

¹ Graduado em Ciências Sociais pela UFRJ, mestre e doutorando em Ciência Política pelo IESP/UERJ. E-mail: ricardodasilvaramos1@gmail.com.

Introdução

Enquanto no momento de predomínio da teoria das elites, a percepção da ciência política acerca da natureza das massas colocava nesses sujeitos características inerentes de alienação e descontrole emocional quando em situação coletiva. A partir do período em que se confere racionalidade a esses agentes, o campo passa a debater seus temas de forma mais complexa, levando em consideração que os indivíduos buscarão não apenas maximizar suas preferências, mas que os mesmos são capazes de realizar cálculos que ranqueiam quais são seus objetivos e as probabilidades de alcançar cada objetivo que é traçado por eles. O objetivo deste artigo é mostrar como uma alteração acerca da concepção ontológica dos sujeitos possibilitou ao campo abrir um novo tipo de interpretação sobre os elementos de seu estudo, em que a ação dos agentes, e não mais de elites políticas, molda alterações nos campos de trajetória de desenvolvimento econômico, na teoria do voto, do Estado de bem estar, entre outros.

Primeiramente, as obras de Joseph Schumpeter e Robert Michels serão brevemente debatidas para se trazer uma noção inicial daquilo que é a teoria das elites, e sua percepção inicial sobre a natureza das massas. Posteriormente, Kenneth Sheplse, Douglas North e Alan Drazen são colocados em discussão para evidenciar como que, a partir do paradigma da escolha racional, a ciência política pode pensar questões referentes às instituições políticas, a escolha social e a própria natureza da economia política. Após, Ian Shapiro e Jon Elster trazem algumas críticas a esse modelo, ainda que por caminhos distintos, atacando suas bases teóricas ou a maneira como formulam seus modelos. Em seguida, volta-se à escolha racional e sua contribuição para abordagens das questões de classe e do Estado de bem estar, realizando um comparativo com a teoria de Michels. Por fim, o artigo se encerra com as considerações finais.

Teoria das elites e os sujeitos irracionais

A desconfiança perante a racionalidade dos sujeitos é um dos elementos fundamentais da teoria das elites. Muito relevante no período anterior à segunda guerra mundial, autores como Joseph Schumpeter, Gaetano Mosca e Robert Michels dialogavam a partir de diferentes objetivos, mas com pressupostos semelhantes acerca da necessidade ou da inescusabilidade da política ser dominada por grupos de elites. A concepção poderia girar em torno da lei de ferro da oligarquia de Michels, em que o ponto é por uma recusa à organização política enquanto legítima, ou de algum pressuposto democrático mínimo como em Schumpeter, onde se tem a ideia de democracia eleitoral, em que é melhor não ter uma elite, mas várias elites em disputa, para que não se possa ter um grupo que manipule uma grande parte das massas, além de certa forma de seleção de líderes, também na tentativa de estabelecer um limite de atuação dessas lideranças em interferir contra as liberdades fundamentais.

Mais especificamente, Schumpeter estabelece uma noção de partido enquanto empreendimento que se organiza para a disputa eleitoral, sendo empresas especializadas na missão de conquistar votos e ascender ao poder. Nesse sentido, a

prerrogativa de decidir quem assumirá o governo está com o povo, sendo o voto à ferramenta para tal realização, em que o mesmo escolhe seu representante a partir da avaliação de sua situação de bem estar, optando ou não por alterar o grupo no poder (Schumpeter, 2006, p. 250-256). A democracia mínima (ou eleitoral) diz respeito a esse espaço de decisão do cidadão pelo voto, devendo esta ser sua única arma para a escolha dos representantes, enquanto os partidos competem pela sua preferência, dentro de um sistema com regras seguidas por vitoriosos e derrotados, em que a imprevisibilidade sobre qual grupo assumirá o governo (ou seja, que conseguirá a maioria dos eleitores) se mostra como importante para a alternância de poder.

To put it differently, we now take the view that the role of the people is to produce a government, or else an intermediate body which in turn will produce a national executive or government. And we define: the democratic method is that institutional arrangement for arriving at political decisions in which individuals acquire the power to decide by means of a competitive struggle for the people's vote. (Schumpeter, 2006, p. 269)

Por outro lado, ainda que Robert Michels seja um autor que se insere dentro do contexto da Teoria das Elites, o mesmo analisa a história política das sociedades como uma eterna disputa entre grupos pelo poder. Nesse sentido, o mesmo coloca os partidos políticos, notadamente a partir de sua investigação sobre o Partido Social-Democrata Alemão, enquanto organizações que tendem à oligarquia, sobretudo aquelas vinculadas aos partidos de massa. A progressiva necessidade de especialização tornaria tais organizações burocratizadas, elaborando uma elite dirigente afastada do restante de seus filiados, que progressivamente toma interesses opostos aqueles inicialmente propagados por suas ideologias. Tal característica tecnológica que tende à oligarquia se une à necessidade das massas de seguir um líder, construindo assim arcabouço em que tais organizações se afastam da alternância de poder e formam suas próprias elites (Michels, 1982, p. 225-231).

Escolha racional, escolha social e economia política

A teoria da escolha racional parte de um método e mecanismo de escolha que coloca que os indivíduos sabem o que é melhor para eles e que são capazes de verificar aquilo que atende melhor às suas preferências. Nesse sentido, o eleitor consegue realizar cálculos de avaliação sobre ordenamento de preferências, em que ele opta pelo melhor ou menos pior, trazendo uma ideia de racionalidade que coloca que os indivíduos podem punir e recompensar e que os partidos devem fazer políticas públicas exatamente para atender e atrair os interesses e preferências dos eleitores. Nisso, pensar a capacidade de eleitores em utilizar seu voto como barganha na disputa com os representantes, distante da concepção de que os indivíduos são desprovidos de racionalidade por estarem em situação de massas, como pensava a teoria das elites; na realidade, tal concepção coloca o eleitor fundamentalmente como racional.

Nesse sentido, Kenneth Shepsle procura estabelecer certa teoria da escolha social, coligada com os elementos da escolha racional, levando em consideração as crenças e preferências dos sujeitos, a partir da proeminência de um individualismo metodológico. Seu ponto é por apresentar os fundamentos da ciência política analítica/positiva, estabelecendo certas definições oriundas da economia, mas tendo como base a atuação da escolha dos sujeitos guiada a partir de seus interesses, porém modelada por um cálculo de como as mesmas analisam o contexto em que estão inseridas (Shepsle, 2010, p. 13-20). Shepsle destaca que a teoria econômica procurou elaborar certa lógica explicativa para a motivação dos agentes a partir de suas categorias de produtor, lucro, relação trabalho, salário e tempo, mas que o foco da ciência política está em outras categorias de atuação.

Quando se escolhe atores coletivos a partir de uma perspectiva da escolha racional (onde usualmente se fala em partidos e sindicatos, por exemplo), é preciso ter em conta uma teoria interna dessas coletividades, compreendendo a ação dos sujeitos ali envolvidos. Além disso, o comportamento dos outros atores e as regras institucionais são também movimentos importantes para construir a modelagem que terá como objetivo avaliar quais os caminhos a serem seguidos para alcançar as preferências desejadas. Shepsle utiliza o exemplo da parlamentar democrata para mostrar as questões de interesse e probabilidade de cada cenário, em que se deve optar por disputar o governo do Estado ou uma vaga no Senado, imputando as possibilidades. A partir da utilidade esperada de cada escolha (ou loteria), será possível tomar a decisão baseada em tal modelo, ranqueando as utilidades e optando por aquela que melhor atende às preferências (Shepsle, 2010, p. 21-24).

We begin with a situation in which there are three objects over which a typical actor, named Mr. i, has . We call the objects alternatives, and label them x, y and z. Mr. i, in a manner we make precise below, has the capacity to make statements like, "I prefer x to y", or "I am indifferent between y and z". The alternatives may be career paths, or political candidates, or potential marriage partners, or laptop computers. It does not matter, for our purpose, what comprises the choice situation or the set of alternatives. Nor does it matter how Mr. i, arrived at his preferences. What does matter is that Mr. i, is rational in the sense that his preferences have coherence and that his ultimate choice bears a logical relationship to his preferences (Shepsle, 2010, p. 23).

Nisso, há um ordenamento de alternativas em jogo, existindo comparabilidade e transitividade entre as mesmas, onde a escolha racional será aquela apresentada pelo modelo. Shepsle ressalta que há casos onde tais premissas não podem ser atendidas, sobretudo quando há dificuldades em torná-las comparáveis, mas também em casos onde a inconsciência dos sujeitos em conseguir sobrepor certas alternativas às demais (Shepsle, 2010, p. 25-58). Porém, seguir caminhos com boa probabilidade, mas que não atingem as preferências desejadas não pode ser considerado enquanto uma alternativa tomada a partir do instrumento reacional, pois a questão não é apenas tomar previsibilidade das nossas ações, mas, sobretudo levar em conta quais delas são úteis para os desejos que se almeja atingir.

Ou seja, os indivíduos devem ter a capacidade de escolher a preferência com maior grau de utilidade para serem racionais, buscando certo caráter maximizador de seus objetivos, num ordenamento de preferências de todas as opções, em que a preferida é obtida por certo censo de probabilidade. Nisso, Shepsle destaca diferentes situações para a relação entre alternativas e outcomes, sendo estas as de certeza, risco e incerteza, onde a primeira detona uma conclusão óbvia sobre qual caminho deve ser seguido. No caso dos contextos de risco, o ponto é por destacar uma escala de utilidade esperada, na loteria entre as alternativas, procurando aquela que atende aos objetivos desejados. Em relação aos momentos de incerteza, calcular os possíveis outcomes de acordo com as alternativas se torna ponto custoso, restando agir a partir das crenças dos sujeitos, com pouco método restando para auxiliar os sujeitos. Ou seja, ação e resultado são imprecisos o suficiente para nem mesmo traçar os caminhos mais seguros (Shepsle, 2010, p. 29-34).

Enquanto Shepsle debate acerca da escolha social, Alan Drazen procura destacar como elementos da escolha racional entram no debate da economia política, e qual a relação que estes campos apresentam entre si. O autor alega que a separação inicial entre economia e política se deu, sobretudo, pela predominância dos estudos neoclássicos, mas que a importância da economia política volta a partir da discussão de como elementos do mundo político são capazes de afetar variáveis econômicas. Nesse sentido, o ponto é por alegar quais motivos levaram determinadas escolhas a serem tomadas, e como variáveis políticas influenciam nesse processo (Drazen, 2000, p. 03-08). Dessa forma, a política se define enquanto certos conflitos entre os mais variados agentes, em que uma variável ótima pode ser tomada ou não. Drazen traz o exemplo das necessidades de cortes orçamentários para frear choques inflacionários, mas que é impedida pelos conflitos do mundo político, pois os custos que tal medida gera são de magnitude elevada.

Os problemas de poder e autoridade existem quando há conflito entre atores coletivos, por exemplo, em questões redistributivas, de cargas tributárias, entre outros. A partir dessa contradição, a noção daquilo que é o ótimo não se torna óbvia, complexificando a sua elaboração. Ou seja, é a partir dessa heterogeneidade de preferências que se fundamenta a economia política, podendo ser classificada como ex-ante ou ex-post, onde a primeira denota uma diferença de princípios sobre a abordagem de algum tema, sendo elementos de ordem mais ideológica e filosófica, gerando uma policy distinta (Drazen, 2000, p. 09-13). No caso da heterogeneidade ex-post, o ponto é uma discordância interna sobre o funcionamento de algo que se concorda, em que se há o acordo acerca do apoio, mas que as diferenças estão na forma em como conduzir a preferência em questão.

Drazen traz o exemplo do aluguel de uma casa, em que a negação em alugar ou não a residência se mostra como um fator ex-ante, pois há diferenças sobre qual é o valor ótimo da mesma, enquanto a divisão de cômodos é ex-post, da redistribuição e de como a preferência em questão deve ser mais bem trabalhada. Nesse sentido, há certa escolha pública para que seja possível elencar preferências e colocar regras que permitam detectar a natureza dessas escolhas, sendo importante como instrumento para entender as consequências das regras de agregação de preferências numa tomada de decisão coletiva. Porém, o ponto da

economia política é analisar o conflito que existe dentro desse processo, não apenas traçar uma métrica de qual deve ser o ótimo escolhido, focando nos possíveis desdobramentos políticos a serem levados em conta pelos agentes envolvidos (Drazen, 2000, p. 14-17).

Por fim, o debate colocado por Douglas North visa estabelecer como as instituições políticas podem explicar as decisões que foram tomadas por um grupo, e suas consequências para questões econômicas. Nesse sentido, North entende instituições a partir de seu poder de regulação das relações, que visam restringir e regular a atuação dos sujeitos, em que certa estrutura de incentivos para as trocas humanas ajuda a explicar a evolução de modificação das sociedades e de suas regras gerais. Embora a estabilidade e a previsibilidade sejam objetivos dessas instituições, North coloca importância para a mudança do fim do século XIX, em que os atores passaram a agir de forma eficiente, alterando também as próprias normas subjetivas da sociedade, respondendo aos estímulos institucionais dados (North, 1990, p. 03-10).

North se insere dentro de uma tradição que busca construir uma teoria sobre o desempenho econômico das sociedades e suas razões de modificação, trazendo o papel das instituições para compreender o desenrolar da história econômica ocidental. Nisso, o autor traça a linha de desenvolvimento econômico da humanidade, do predomínio da agricultura e das trocas locais para a indústria e o mercado internacional, pensando como o papel das instituições foi fundamental para moldar os casos de sucesso. A maior especialização econômica demanda medidas institucionais, como o estabelecimento do sistema de pesos e medidas e da legislação de propriedade, servindo como redutoras dos riscos e incertezas, colocando rotinização na economia (North, 1990, p. 118-123). É importante ressaltar que instituições denotam regras que modelam certas condutas do sujeito, enquanto organizações indicam aquilo que é usualmente imaginado quanto instituição, como o Estado. Nisso, as trajetórias de longo prazo indicam se as organizações apresentam espaço propício ao desenvolvimento econômico, a partir de normas que geram certos incentivos.

O incremento da mobilidade do capital, a diminuição dos custos de informação e a troca da incerteza pelo risco são mecanismos inventivos que possibilitaram o dinamismo econômico em relações de troca em grandes distâncias por atores distintos. North, então, dialoga sobre a participação do Estado em criar regras de mercado que melhor formulasse as relações mercantis, principalmente no sentido de evoluir o contrato entre agentes para coibir o calote, que gerava custos adicionais consideráveis (North, 1990, p. 124-130). Ou seja, o desempenho econômico será entendido por como as instituições funcionam, sobretudo de que forma elas são capazes de limitar incertezas e estimular a ação social em prol das trocas, que permitem compreender o caminho histórico das nações.

O elemento que une Shepsle, Drazen e North está no fato de analisar seus objetos de estudo sempre levando a característica da escolha racional como princípio fundamental, de que os sujeitos são capazes de reagir a estímulos e restrições. O que une os indivíduos é querer aumentar seu bem estar e qualidade de vida, maximizar suas preferências de bem estar, para isso sendo possível realizar

cálculos sobre as situações em que estão inseridos. Diferente de uma concepção que coloca a trajetória democrática na qualidade das elites, ou que vê a escolha pública dos sujeitos como guiada por uma lei geral, a escolha racional possibilita que outras abordagens possam ser feitas pela ciência política, confiando que os agentes são capazes de discernir e raciocinar de acordo com os seus desejos e probabilidades de adquiri-los.

Abordagens críticas à escolha racional

Porém, há autores que criticam tais abordagens. Jon Elster dialoga sobre duas formas de se analisar a teoria política, seja pela via do mercado e da escolha social, e outra que opta pela democracia deliberativa como fundamental. No primeiro caso, a política é vista enquanto elemento instrumental para que as pessoas alcancem seus interesses e preferências, que cumprem as premissas de serem preferências dadas, transitivas, escolhidas dentro de um leque de alternativas específico. Para questionar tal alternativa, Elster menciona o princípio de independência das alternativas irrelevantes, principalmente para desconstruir a ideia de que as preferências individuais podem ser facilmente quantificadas e comparadas umas com as outras. Outro ponto é questionar a autonomia, mas principalmente a moralidade dessas preferências, que não podem ser analisadas de forma tão isolada (Elster, 2003, p. 138-143).

Dentro desse contexto, não há interesse em pensar como as preferências são elaboradas, elas são tomadas como dadas; Elster critica tal elemento por não pensar de que forma as preferências podem se alterar de acordo com o jogo eleitoral, pois não necessariamente os interesses se manterão sempre como os mesmos. Elster acredita que as nossas preferências não necessariamente são genuínas, mas que elas são construídas a partir de um leque de opções que são produzidas pelas opções disponíveis; existência do voto estratégico como exemplo para tal, não necessariamente sendo a preferência de fato, mas se encaixando naquela que foi a decisão racional tomada. Por outro lado, a democracia deliberativa, ao invés de pensar a partir de um ótimo de Pareto (ou de uma utilidade agregada das preferências), vai retomar a ideia de bem comum, e de que as preferências podem ser moldadas para que possam caber numa alternativa consensual, elaborada a partir das discussões no debate público. (Elster, 2003, p. 144-149).

To sum up, the conceptual impossibility of expressing selfish arguments in a debate about the public good, and the psychological difficulty of expressing other regarding preferences without ultimately coming to acquire them, jointly bring it about that public discussion tends to promote the common good. The volonté générale, then, will not simply be the Pareto-optimal realization of given (or expressed) preferences, but the outcome of preferences that are themselves shaped by a concern for the common good (Elster, 2003, p. 145).

Ou seja, as preferências para Elster são mais contextuais do que racionais, se mantendo de acordo com o cardápio de opção de alternativas que se coloca; as preferências genuínas e ideais existem, mas elas pouco importam, já que as interações não são fixas e estáveis como a teoria racional coloca, para facilitar a criação de modelos de previsibilidade. Por outro lado, a opinião deliberativa coloca

a política não como instrumento, mas um fim em si mesmo, substituindo as preferências individuais pelo bem comum da coletividade, que será alcançado a partir de discussões que levam ao consenso. Tal modelo pressupõe certa ideia problemática de educação das massas para o convívio na arena pública (Elster, 2003, p. 150-154). A posição de Elster se encontra no meio do caminho, entendendo a política como um processo que deve ser público, mas que implicações econômicas devem ser levadas em conta para a construção dos interesses da sociedade.

Enquanto Elster busca realizar uma crítica que vai ao cerne do argumento da escolha racional, Ian Shapiro procura destacar que as bases do modelo devem ser respeitadas, mas que há cuidados a serem tomados para que os resultados obtidos pelos modelos consigam gerar considerações relevantes para a ciência política. Nesse sentido, o autor destaca que a teoria da escolha racional se posiciona enquanto visão hegemônica da ciência política, levando em conta certa análise micro que coloca os agentes sempre a partir de uma perspectiva maximizadora, de um comportamento que os faz atingir seus interesses em específico. O ponto é compreender o comportamento dos agentes a partir de incentivos e restrições, modelando novas interpretações sobre o jogo parlamentar, a racionalidade dos eleitores, partidos, etc. (Green; Shapiro, 1994, p. 01-05). Ou seja, ao invés de colocar o argumento de críticos da teoria racional, focando em questionar suas bases teóricas, Shapiro destaca as fragilidades de certos *outcomes* empíricos.

Our focus here is on the empirical power of rational choice theory. We contend that much of the fanfare with which the rational choice approach has been heralded in political science must be seen as premature once the question is asked: What has this literature contributed to our understanding of politics? We do not dispute that theoretical models of immense and increasing sophistication have been produced by practitioners of rational choice theory, but in our view the case has yet to be made that these models have advanced our understanding of how politics works in the real world. To date, a large proportion of the theoretical conjectures of rational choice have not been tested empirically. Those tests that have been undertaken have either failed on their own terms or garnered theoretical support for propositions that, on reflection, can only be characterized as banal: they do little more than restate existing knowledge in rational choice terminology (Green ;Shapiro, 1994, p. 06).

O ponto de Green e Shapiro é por destacar como que a teoria da escolha racional elaborou modelos explicativos úteis à ciência política, mas que problemas de viés da montagem de dados e interpretações equivocadas dos *outcomes* atrapalham as conquistas empíricas. Explicam que obras como as de Arrow, Downs e Olson foram fundamentais para a organização do modelo de teoria racional para o estudo da democracia, eleição e organizações coletivas, mas que estudos em que há problemas na montagem e na avaliação dos dados não são raros. Os autores destacam que o ponto não é por criticar a pretensão científica da teoria racional, tampouco questionar suas bases teóricas ou o uso do formalismo matemático, mas ressaltar que a pretensão de universalidade dos modelos, sem o devido teste dos *outcomes* envolvidos, leva a interpretações enviesadas sobre os objetivos dos quais são estudados (Green; Shapiro, 1994, p. 06-11).

Escolha racional, classe e Estado de Bem Estar

A partir da consideração de que os sujeitos são racionais e conseguem discernir situações sociais para garantir seus interesses, a economia política se tornou capaz de reconstruir novas interpretações acerca de diversos temas, entre estes a concepção de classe e a definição daquilo que é Estado de bem estar. No primeiro caso, Walter Korpi trabalha com colocações mais ligadas aos recursos de poder, em que o ponto ainda é por destacar certa contradição entre capital e trabalho, mas também levando em conta barganhas que os trabalhadores retiram dos conflitos em que estão inseridos. No segundo elemento, Torben Iversen procura justamente questionar os princípios que baseiam a teoria dos recursos de poder e, como afirma o mesmo, buscar uma “política dos mercados, em vez de uma política contra os mercados” (Iversen, 2005, p. 9). Por fim, a obra de Michels será retomada para exemplificar como que certo grupo da teoria das elites tratava o tema da classe como uma submissão inerente das massas às elites políticas.

Walter Korpi baseia seu estudo dos conflitos de classe dentro das democracias ocidentais notadamente a partir de duas interpretações distintas, uma que coloca o pluralismo de interesses como variável fundamental, e outra que pontua o neocorporativismo como alternativa para lidar com os interesses dos trabalhadores na relação capital-trabalho. Para isso, utiliza o exemplo sueco como país que construiu seu modelo democrático a partir de uma perspectiva do estado de bem estar social, em que a redução da competição entre os trabalhadores possibilitou o encurtamento da desvantagem dos recursos de poder entre as classes (Korpi, 1982, p. 01-05). Nesse sentido, a perspectiva pluralista pontua que o avanço do capitalismo industrial denota uma quebra da disputa de classes, seja por oferecer perspectiva de voto ao proletariado, seja pela divisão do trabalho que acaba com a repartição de classe rígida, tornando a classe média como um grupo social de considerável poderio.

Já a análise corporativista coloca outro ponto como de importante interpretação, de instituições que estão mais ligadas ao Estado, com a função primordial de representar o interesse de determinadas categorias profissionais. De certa forma, tenderiam a colocar maior estabilidade ao sistema político, controlando as aspirações e desejos dos trabalhadores no corpo institucional, diminuindo certas pressões que poderiam ser feitas por parte dos trabalhadores (Korpi, 1982, p. 07-12). Korpi dialoga brevemente sobre uma perspectiva leninista, que coloca o neocorporativismo como o controle de uma classe por outra. Porém, seu elemento fundamental é colocar o debate sobre diferentes análises da tripartite Estado, trabalho e capital, em que os pluralistas erram em negar os conflitos, e os leninistas erram em não observar as vantagens adquiridas pelos trabalhadores. Nesse sentido, Korpi traça o conceito de recursos de poder como os elementos que permitem recompensar ou punir os agentes, podendo ser retida nos meios de produção, mas também na força de trabalho.

Os processos distributivos na sociedade, a consciência social dos cidadãos, o nível e os padrões de conflitos na sociedade e a formação e o funcionamento das instituições sociais são pontos importantes para o entendimento do processo, em que uma mudança na distribuição dos recursos de poder modelam o

desenvolvimento econômico no sentido de mais ou menos democracia. Dessa forma, Korpi pensa a relação entre essas quatro características, em que mudanças institucionais vão alterar os processos distributivos, que são influenciadas pela consciência social, alterando a atuação dos trabalhadores (Korpi, 1982, p. 12-18). Será a partir do conceito de barganha social como possibilidade dos trabalhadores de melhorarem suas condições de vida a partir de uma organização em instituições (sindicatos ou via voto), moldando sua ação e conquistas materiais. Ou seja, os mesmos se organizam em sindicatos e partidos políticos para aumentar suas vantagens e barganhas nos recursos de poder, elevando a eficiência a partir da ação coletiva, contra a atuação do mercado (Korpi, 1982, p. 19-24).

Societal bargaining involving the organizations of the wage-earners must, by a large, be seen as reflecting an increasingly strongly organized working class. Whether societal bargaining benefits the wage-earners or not is an empirical question, which cannot be settled through definitions. We must assume, instead, that its long-term as well as the short-term outcomes can vary and are dependent on the distribution of power resources between the parties. From the power resource perspective, the institutional arrangements of societal bargaining appear as intervening variables between, on the one hand, the distribution of power resources in society and, on the other hand, the pattern and outcome of distributive conflicts. (Korpi, 1982, p. 21).

Por outra perspectiva, Torben Iversen procura debater as questões de classe, mas, sobretudo acerca da natureza do Estado de bem estar a partir de análise inicial distante daquela trazida por Esping-Andersen, em que uma visão da Descomodificação (ou desmercantilização) é a ideia fundamental. Nisso, a concepção dos recursos de poder, que coloca uma contradição entre a possibilidade de mobilidade do capital e o investimento em políticas sociais é substituída por outra em que capital e trabalho não necessariamente são entidades antagônicas. Para isso, o autor foca sua discussão em considerar o welfare state enquanto aparato institucional que confere segurança ao trabalhador que se vê obsoleto por alguma mudança tecnológica, estabelecendo uma relação entre risco que o trabalhador toma para certo investimento em alguma habilidade e certa proteção social (segurança) que o fez entrar nesse caminho (Iversen, 2005, p. 03-05).

Nesse sentido, as instituições do welfare state são importantes para agir nas falhas de mercado sobre a formação das habilidades, conferindo estabilidade aos investimentos realizados por trabalhadores e empregadores, em caso de choques inesperados (como mudança tecnológica). A partir da sua percepção dentro do mercado, o trabalhador será capaz de demandar certo grau de segurança ao Estado contra estes choques, exigindo determinada quantia da redistribuição conforme for sua exposição ao risco (Iversen, 2005, p. 06-11). Dessa forma, ao se preocupar em tratar o tema da política eleitoral, Iversen busca realizar de forma diferente ao modelo dos recursos de poder, sem a contradição entre mercado e Estado, com o objetivo mais se colocando em definir de que forma as preferências são construídas a partir de uma relação entre redistribuição e segurança, e de como as mesmas formam as políticas sociais procuradas pelas instituições. (Iversen, 2005, p. 11-14).

Como exemplo, Iversen trata da questão da desigualdade salarial de gênero, levando em conta que tal fator sempre depende da especialização do empregado, pois alguém que não pode ser facilmente substituído pelo empregador terá melhor colocação no mercado. Como as mulheres também estão em desvantagem no sentido da distribuição dos empregos que demandam maior especialização, a tendência é que sua colocação varie de acordo com a estrutura educacional de cada país, inclusive levando estas a apoiar maior gasto público em educação do que os homens. Nesse sentido, isso explica a formação das preferências para a redistribuição, e de que forma as instituições políticas desempenham seu papel nesse processo, entendendo a proteção social como um anteparo aos investimentos de trabalhadores e empregadores (Iversen, 2005, p. 25-28). Ao invés de relacionar globalização e fim do welfare state, entender como a divisão do trabalho e a especialização de cada setor permite/exige menor ou maior proteção social para cada ocupação.

The implication of this logic is that conflict over public sector service provision, parental leave policies, and education is likely to be gender related. Especially in specific skills countries, women will have a strong interest in an active state that provides daycare services and counters the disadvantages of women in the private job market. Also, women depend on generous leave policies to balance family and work; however, for such policies not to put women in a serious disadvantage in the competition for the best jobs, men must shoulder some of the burden of caring for infants (Iversen, 2005, p. 28).

Embora discordantes entre si, as duas perspectivas trazem análise que colocam a racionalidade dos agentes como fator fundamental. Nesse sentido, os trabalhadores organizam suas preferências e demandas por redistribuição a partir de uma avaliação própria das suas situações no mercado, sendo capazes de compreender de que forma sua posição na hierarquia social poderia ser melhorada. Tal elemento denota forte distância com as apresentações da teoria das elites, em que no caso de Robert Michels, a própria organização dos trabalhadores em partidos políticos ou sindicatos estaria fadada à oligarquização e controle pelas lideranças dirigentes (Michels, 1982, p. 237-239). Principalmente, o elemento central dentro dessas organizações coletivas seriam os interesses daqueles que ocupam seus cargos mais elevados, e que as massas teriam pouca autonomia para questionar o direcionamento de sua luta política para sentidos que não àqueles da redistribuição às classes.

Tal elemento reforça o ponto a ser construído por este artigo, de que a passagem da teoria das elites para a escolha racional possibilitou uma mudança ontológica da ciência política, em que se pontua, sobretudo, outra maneira de como analisar a natureza da racionalidade humana. A partir disso, mudanças epistemológicas foram possíveis, fazendo com que o campo pudesse enxergar de diferentes formas as classes sociais, o Estado de bem estar, as trajetórias de desenvolvimento econômico, entre outros temas. Em uma análise mais ligada às interpretações de Michels, a ação coletiva e a escolha social das massas não poderiam ser realizadas sem alguma inerente irracionalidade dos sujeitos e

tendências dos mesmos de seguirem cegamente às suas lideranças, em que as elites pouco sofrem pressões externas dos sujeitos abaixo da hierarquia social. (Michels, 1982, p. 240-242).

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi tentar demonstrar como, a partir de uma mudança acerca da interpretação da natureza humana, a ciência política foi capaz de sair de uma análise que colocava a importância da atuação das elites para outra que possibilitasse enxergar a racionalidade dos agentes como característica fundamental que alterasse e influenciasse em seus objetos de estudo. Ou seja, ao invés de condenar a própria concepção da luta coletiva dos trabalhadores, por exemplo, enquanto relegada a ser estruturada por uma oligarquizarão de suas organizações, procurou-se compreender como que tais grupos calculavam seus interesses e preferências, e eram capazes de barganhar políticas que os favorecessem de alguma maneira.

No caso da democracia mínima, em que o ponto era por uma disputa dos eleitores para escolher alguma elite, a questão se inverte e são os partidos que devem se organizar e buscar apoiar as preferências de seus eleitores para conseguir votos. Nesse sentido, o campo se estrutura a partir de outra organização, em que o princípio maximizador dos sujeitos, mas também sua capacidade de conseguir construir as probabilidades para alcançar seus objetivos, altera a forma de construção de outras questões. Nisso, a atuação de grupos e sujeitos, mas, sobretudo a forma como os mesmos reagem a estímulos e restrições passa a ser o ponto fundamental do campo, e que ditará questões que vão a histórica econômica das nações, a definição de classe, a natureza do Estado de bem estar, sempre levando em conta a capacidade dos atores em conflito de analisar o contexto em que estão inseridos e procurar suas preferências a partir dessa situação.

Referências bibliográficas

- DRAZEN, A. 2000. Political Economy in Macroeconomics. New Jersey: Princeton University Press.
- ELSTER, J. 2003. "The Market and the forum: three varieties of political theory". In: Christiano, T., Philosophy and Democracy: an anthology. Oxford: Oxford University Press. University Press, pp. 138-158,
- GREEN, D.; SHAPIRO, I. 1994. Pathologies of Rational Choice Theory: A Critique of Applications in Political Science. Yale University Press.
- IVERSEN, T. 2005. Capitalism, Democracy and Welfare. Cambridge: Harvard University.
- KORPI, W. 1983. The Democratic Class Struggle. Routledge.
- MICHELS, R. 1982. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília: EdUNB.
- NORDHAUS, W. D. 1990. The Political Business NORTH, D. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. New York: Cambridge University Press.
- SCHUMPETER, J. 2006. Capitalism, Socialism and Democracy. London: Routledge.

SHEPSLE, K. 2010. Analyzing Politics: Rationality, Behavior and Institutions. New York: Harvard University.



Recebido em 07 de Fevereiro de 2025

Aceito para publicação em 02 de Julho de 2025